

AGENTE DE CONTROLE EXTERNO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com as 50 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

| LÍNGUA PORTUGUESA I | | CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO I | | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I | | CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO PÚBLICA I | |
|---------------------|--------|---|--------|---|--------|--------------------------------------|--------|
| Questão | Pontos | Questão | Pontos | Questão | Pontos | Questão | Pontos |
| 1 a 5 | 1,0 | 16 a 20 | 2,0 | 21 a 25 | 1,0 | 36 a 40 | 1,0 |
| 6 a 10 | 2,0 | | | 26 a 30 | 2,0 | 41 a 45 | 2,0 |
| 11 a 15 | 3,0 | | | 31 a 35 | 3,0 | 46 a 50 | 3,0 |

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se esse material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início das provas e **NÃO** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 3 (TRÊS) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no dia útil seguinte à realização das provas, na página da FUNDAÇÃO CESGRANRIO (www.cesgranrio.org.br).

LÍNGUA PORTUGUESA I

O Senhor Computador

Acabo de perder a crônica que havia escrito. Sequer tenho onde reescrevê-la, além desse caderninho onde inclino com mãos trêmulas uma esferográfica preta, desenhando garranchos que não vou entender daqui a meia
5 hora. Explico: tenho, para uso próprio, dois computadores. E hoje os dois me deixaram órfão, fora do ar, batendo pino, encarando o vazio de suas telas obscuras. A carroça de mesa pifou depois de um pico de energia. O portátil, que muitas vezes levo para passear como um cachorrinho
10 cheio de idéias, entrou em conflito com a atualização do antivírus e não quer “iniciar”. O temperamental está fazendo beicinho, e não estou a fim de discutir a relação homem-máquina com ele.

Farei isso, pois, com os leitores. Tenho consciência
15 de que a crônica sobre as agruras do escritor com computadores indolentes virou um clichê, um subgênero batido como são as crônicas sobre falta de idéia. Mas não tenho opção que não seja registrar meu desalento com as máquinas nos poucos minutos que me restam até que a
20 redação do jornal me telefone cobrando peremptoriamente esse texto.

E registrar a decepção comigo mesmo – com a minha dependência estúpida do computador. Não somente deste escriba, aliás: somos todos cada vez mais
25 subordinados ao senhor computador. Vemos televisão no computador, vamos ao cinema no computador, fazemos compras no computador, amigos no computador. Música no computador. Trabalho no computador.

Escritores mais graduados me confessam escrever
30 somente a lápis. Depois de vários tratamentos, passam o texto para o computador, “quando já está pronto”. Faço parte de uma geração que não apenas cria direto no computador, mas pensa na frente do computador. Teclamos com olhos dilatados e dedos frementes sobre a cortina
35 branca do processador de texto, encarando uma tela que esconde, por trás de si, um trilhão de outras janelas, “o mundo ao toque de um clique”.

Nada mais ilusório.

O que assustou por aqui foi minha sincera reação
40 de pânico à possibilidade de perder tudo – como se a casa e a biblioteca pegassem fogo. Tenho pelo menos seis anos de textos, três mil fotos e umas sete mil músicas em cada um dos computadores – a cópia de segurança dos arquivos de um estava no outro. Claro, seria
45 impossível que os dois quebrassem – “ainda mais no mesmo dia!” Os técnicos e entendidos em informática dirão que sou um idiota descuidado. Eles têm razão.

Há outro lado. Se nada recuperar, vou me sentir infinitamente livre para começar tudo de novo. Longe do
50 computador, espero.

CUENCA, João Paulo. **Megazine. Jornal O Globo**. 20 mar. 2007. (com adaptações)

1

“Acabo de perder...” (l. 1)

A locução verbal nos informa que se trata de:

- (A) início da ação.
- (B) ação iminente.
- (C) ação em desenvolvimento.
- (D) repetição da ação.
- (E) término recente da ação.

2

“Acabo de perder a crônica que havia escrito.” (l. 1)

A frase acima indica que o autor refere-se ao(à):

- (A) extravio do original manuscrito da crônica.
- (B) sumiço de seu texto que estava no computador.
- (C) dificuldade de ler o próprio rascunho.
- (D) sua momentânea falta de inspiração.
- (E) sua incapacidade de pensar longe do computador.

3

Conforme o segundo e o terceiro parágrafos, pode-se afirmar que o autor:

- (A) questiona a própria atitude de excessiva confiança nos computadores.
- (B) reprova o processo de trabalho dos escritores de gerações anteriores à sua.
- (C) põe em dúvida a capacidade profissional de técnicos em informática.
- (D) desiste de vez do computador, sem esperança de recuperar seus arquivos.
- (E) sugere e propõe-se a divulgar algumas inovações tecnológicas.

4

“com a minha dependência estúpida do computador.” (l. 22-23)

Essa dependência justifica o emprego da expressão:

- (A) “carroça de mesa” (l. 7-8)
- (B) “computadores indolentes” (l. 15-16)
- (C) “subgênero batido” (l. 16)
- (D) “senhor computador” (l. 25)
- (E) “Escritores mais graduados” (l. 29)

5

“Escritores mais graduados...” (l. 29) revelam-se mais cautelosos que o cronista porque:

- (A) têm bom conhecimento de informática.
- (B) jamais usam um processador de texto.
- (C) passam para o computador apenas a versão final do texto.
- (D) dão preferência aos modelos mais simples de computador.
- (E) continuam fiéis à antiga máquina de escrever.

6

Assinale a palavra que, no texto, se aplica à reação do cronista diante da possibilidade de perda total de seu arquivo.

- (A) Desalento. (B) Decepção.
(C) Pânico. (D) Conflito.
(E) Subordinação.

7

Assinale a passagem em que predomina o uso da linguagem informal.

- (A) "Sequer tenho onde reescrevê-la," (l. 2)
(B) "...os dois me deixaram órfão, fora do ar, batendo pino," (l. 6-7)
(C) "Mas não tenho opção que não seja registrar meu desalento com as máquinas..." (l. 17-19)
(D) "Teclamos com olhos dilatados e dedos frementes..." (l. 33-34)
(E) "Se nada recuperar, vou me sentir infinitamente livre..." (l. 48-49)

8

Há **ERRO** no significado atribuído à palavra:

- (A) agruras (l. 15) = dificuldades, aborrecimentos.
(B) indolentes (l. 16) = inertes, preguiçosos.
(C) desalento (l. 18) = desânimo, abatimento.
(D) peremptoriamente (l. 20) = de forma hesitante, vacilante.
(E) frementes (l. 34) = trêmulos, agitados.

9

Assinale a única frase em que o **a** deve receber acento indicativo de crase.

- (A) Dedicava-se a crônica semanal com prazer.
(B) Pegou um lápis e pôs-se a trabalhar.
(C) Leu o texto de ponta a ponta.
(D) A crônica fazia referência a pessoas comuns.
(E) Algumas vezes dirigia-se a seu computador.

10

A idéia introduzida pela conjunção em destaque está em **DESACORDO** com a que vem indicada entre parênteses em:

- (A) "... **como** um cachorrinho..." (l. 9) - (comparação)
(B) "Farei isso, **pois**, com os leitores." (l. 14) - (conclusão)
(C) "**Mas** não tenho opção ..." (l. 17-18) - (oposição)
(D) "... **até que** a redação do jornal me telefone..." (l. 19-20) - (lugar)
(E) " **quando** já está pronto." (l. 31) - (tempo)

11

Todas as frases abaixo estão corretas quanto à concordância verbal. Uma delas, porém, admite uma outra concordância também correta. Assinale-a.

- (A) Atende a diferentes propósitos o uso do computador.
(B) Precisa-se urgentemente de um novo computador.
(C) Nunca se venderam tantos portáteis.
(D) Malograram todas as suas tentativas.
(E) Sou eu quem dependo mais dele.

12

Há **ERRO** na substituição do termo destacado pelo pronome pessoal oblíquo correspondente em:

- (A) "desenhando **garranchos...**" (l. 4): desenhando-os.
(B) "...discutir **a relação homem-máquina...**" (l. 12-13): discuti-la.
(C) "...registrar **meu desalento...**" (l. 18): registrá-lo.
(D) "fazemos **compras...**" (l. 26-27): fazemos-las.
(E) "passam **o texto...**" (l. 30-31): passam-no.

13

Um dos rapazes _____ as máquinas e o outro era _____ de imprensa.

A opção cuja forma dos vocábulos completa correta e respectivamente a frase acima é:

- (A) monitorava - assessor.
(B) monitorava - acessor.
(C) moniturava - assessor.
(D) moniturava - acessor.
(E) munitorava - assessor.

14

Não _____ o que iria acontecer, mas era necessário que _____ a calma.

As formas verbais que preenchem, nesta ordem, as lacunas, são:

- (A) preveu - mantivesse.
(B) preveu - tivesse mantido.
(C) preveu - mantesse.
(D) previu - mantesse.
(E) previu - mantivesse.

15

A situação _____ se deparou o surpreendeu.

Tendo em vista a regência verbal, a opção que completa corretamente a frase acima é:

- (A) a que.
(B) com que.
(C) de que.
(D) para que.
(E) sobre a qual.

CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO ESTADO I

16

A região do atual Estado de Rondônia passou a integrar oficialmente a colônia portuguesa na América somente em 1750, quando foi firmado o Tratado de Madri, cuja base para determinações acerca de territórios foi o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual:

- (A) a aquisição dos territórios reivindicados só pode ser realizada através da compra.
- (B) as terras situadas às margens dos rios Guaporé e Mamoré passam a pertencer aos proprietários das minas de Potosi.
- (C) os territórios anteriormente ocupados pelos espanhóis ficam protegidos por expedições marítimas e terrestres.
- (D) os territórios devem pertencer a quem realmente os ocupa.
- (E) todos os acidentes geográficos devem alterar sua denominação, se mudarem os proprietários dos respectivos territórios.

17

No século XVIII, paralelamente à atividade mineradora, desenvolveu-se no Vale do Guaporé a:

- (A) atividade industrial, decorrente da mineração, que garantiu a sobrevivência da população após o esgotamento da produção mineral.
- (B) atividade agrícola de exportação, com produtos como cacau, café e especiarias destinadas à região do Grão-Pará.
- (C) lavoura de subsistência direcionada ao atendimento das necessidades da população na região.
- (D) pecuária de corte associada ao povoamento da região.
- (E) exploração de poços petrolíferos naturais, que garantiram a auto-suficiência da região até os dias atuais.

18

Na década de 60 do século XX, uma onda migratória em direção ao Território Federal de Rondônia aqueceu a economia da região. Essa onda migratória:

- (A) era composta por imigrantes atraídos pelas vantagens oferecidas pelo sistema de parceria, implantado pelo Senador Nicolau Vergueiro.
- (B) era composta, em sua maioria, por garimpeiros em busca de cassiterita, atraídos pelas vantagens oferecidas pelo Governo Federal.
- (C) reviveu os antigos bandeirantes, que utilizavam os cursos de rios para atingir o interior.
- (D) representou uma melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas ali instalados.
- (E) levou o Governo Federal a controlar com maior rigor as reservas minerais encontradas no subsolo amazônico, criando projetos integrados de colonização.

19

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL (1881-1929)
participação (em %) na receita das exportações

| Período | Café | Açúcar | Algodão | Borracha | Couros e peles | Outros |
|-------------|------|--------|---------|----------|----------------|--------|
| 1881 – 1890 | 61,5 | 9,9 | 4,2 | 8,0 | 3,2 | 13,2 |
| 1891 – 1900 | 64,5 | 6,0 | 2,7 | 15,0 | 2,4 | 9,4 |
| 1901 – 1910 | 52,7 | 1,9 | 2,1 | 25,7 | 4,2 | 13,4 |
| 1911 – 1913 | 61,7 | 0,3 | 2,1 | 20,0 | 4,2 | 11,7 |
| 1914 – 1918 | 47,4 | 3,9 | 1,4 | 12,0 | 7,5 | 27,8 |
| 1919 – 1923 | 58,8 | 4,7 | 3,4 | 3,0 | 5,3 | 24,8 |
| 1924 – 1928 | 72,5 | 0,4 | 1,9 | 2,8 | 4,5 | 17,9 |

SILVA; VILELA e SUZIGAN *apud* SINGER. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo, Difel, 1975. v. 8. p. 355.

A partir da observação do quadro acima, pode-se afirmar que, como produto predominantemente amazônico, durante a Primeira República, a(o):

- (A) borracha entrou em decadência após algumas décadas, em virtude da concorrência da produção asiática.
- (B) café alcançou grande desenvolvimento pela existência da terra roxa e da mão-de-obra assalariada.
- (C) algodão alcançou novamente o ápice de sua produção no primeiro quartel do século XX, em função do declínio da borracha.
- (D) açúcar sofreu grande declínio, graças à procura do açúcar de beterraba pelos consumidores europeus.
- (E) couro e as peles apresentavam um baixo rendimento, porque, em geral, os derivados da pecuária eram pouco utilizados no clima tropical brasileiro.

20

Rondônia é um dos estados da Amazônia que passou a ter problemas ambientais decorrentes de sua rápida expansão desenvolvimentista. Sobre este fato, é correto afirmar que:

- (A) os organismos internacionais, ao criarem projetos de colonização, tinham como objetivo socializar os recursos naturais da floresta, reduzindo, assim, as alterações no ecossistema.
- (B) o governo de Jorge Viana, cuja gestão foi batizada como “governo da floresta”, tem contribuído para aliviar os efeitos da poluição ambiental.
- (C) o plantio da soja e a pecuária extensiva atraíram maciços investimentos para a região, como parte do Plano Amazônia Sustentável.
- (D) as reservas ecológicas, como a Reserva Extrativista Chico Mendes, são respeitadas pela população, o que garante a preservação do Território de Rondônia.
- (E) a intensa exploração dos recursos naturais acabou por alterar consideravelmente o ecossistema, interferindo nas mudanças climáticas que atingem a região.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I

21

O ciclo orçamentário compreende diversas fases, contempladas na Constituição Brasileira e em leis ordinárias, que definem cada uma de suas etapas. Em relação ao processo do ciclo orçamentário, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) o Plano Plurianual é a lei que define as prioridades do governo pelo período de quatro anos.
- (B) os orçamentos fiscal, da Seguridade Social e de investimento das empresas estatais são partes integrantes da Lei Orçamentária Anual.
- (C) a Lei Orçamentária Anual disciplina os programas e ações do governo federal.
- (D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias define as metas e prioridades em termos de programas a serem executados pelo governo.
- (E) as despesas que têm duração continuada não fazem parte do Plano Plurianual, mas somente da Lei Orçamentária Anual.

22

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe uma nova forma de classificar os gastos públicos. Atualmente, utilizam-se os conceitos de função e subfunção como base para a consolidação das contas nacionais. Em relação a funções, é correto afirmar que:

- (A) o pagamento de juros da dívida pública está contido nas despesas de capital.
- (B) a função dos municípios é pagar a dívida da União, através de transferências aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) as despesas com investimentos públicos contemplam as que se referem ao planejamento e à execução de obras públicas.
- (D) as despesas de transferências a instituições privadas sem fins lucrativos estão contidas na amortização da dívida pública.
- (E) as despesas de pessoal e encargos sociais contêm as que se referem às inversões financeiras e às transferências a estados e municípios.

23

As receitas correntes do setor público são recursos financeiros oriundos das atividades operacionais do setor público. Fazem parte do conjunto de receitas correntes as receitas:

- (A) tributárias, de juros e alocativas.
- (B) tributárias, de contribuições e patrimoniais.
- (C) de juros, industriais e de operações de crédito.
- (D) de alienação de bens, patrimoniais e transferências de capital.
- (E) de contribuições, amortização de empréstimos e industriais.

24

Na formulação do orçamento-programa, a fase de apreciação, adequação e autorização legislativa subdivide-se em diversas etapas. Fazem parte dessas etapas:

- (A) recepção e divulgação do projeto; votação do projeto pela comissão de orçamento; e votação das emendas redigidas pelo Poder Judiciário.
- (B) apreciação pelas relatorias parciais e setoriais; compatibilização e consolidação dos relatórios setoriais; e decisão pelo Congresso Nacional.
- (C) execução dos orçamentos; estabelecimento de objetivos e metas; e definição do orçamento de base zero.
- (D) discussão e votação do projeto e dos destaques pelos congressos estaduais; montagem do projeto de lei pelo plenário municipal; e remessa do projeto de lei à Chefia do Poder Executivo.
- (E) elaboração, apreciação e aprovação do parecer preliminar; votação para escolha do deputado a ser apontado como Relator-Setorial do Decreto Orçamentário Plurianual; e apreciação pelas relatorias parciais e setoriais.

25

A Constituição Brasileira de 1988 introduziu uma série de mudanças no planejamento do orçamento público no Brasil. Uma dessas mudanças se deve ao(à):

- (A) envolvimento do Legislativo na fixação de metas e prioridades para a administração pública e na formulação das políticas públicas de arrecadação e de alocação de recursos.
- (B) desdobramento da Lei Orçamentária Anual em três orçamentos distintos: de curto, médio e longo prazos.
- (C) separação do orçamento plurianual em orçamentos anuais, para que não haja decisões orçamentárias e de planejamento que envolvam períodos acima de um ano.
- (D) necessidade de correspondência entre as determinações do Plano Plurianual do Executivo com as votações da Lei Orçamentária Anual, de responsabilidade dos governos estaduais.
- (E) alocação de recursos para os municípios, determinada pelo Poder Judiciário através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

26

O balanço orçamentário permite a mensuração das diferenças entre o orçamento previsto e o efetivamente realizado. Sobre o balanço orçamentário, indique qual das afirmativas relacionadas às diferentes contas é correta.

- (A) As despesas são divididas em despesas correntes previstas, despesas correntes fixadas e despesas de capital executadas.
- (B) As despesas são divididas em previstas, executadas e realizadas.
- (C) As receitas são divididas em movimentação financeira executada e movimentação financeira realizada.
- (D) As receitas corrente e de capital são divididas em previstas e executadas.
- (E) As receitas correntes são divididas em fixadas e executadas, enquanto as receitas de capital são divididas em previstas e fixadas.

27

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal do setor público. Esta lei atua sobre diversas dimensões da gestão fiscal, à **EXCEÇÃO** de:

- (A) Receitas Públicas.
- (B) Receitas de taxas e tributos.
- (C) Despesas com salários do funcionalismo público.
- (D) Despesas dos Estados.
- (E) Regras da Consolidação das Leis Trabalhistas.

28

A Lei de Responsabilidade Fiscal limita os gastos com pessoal pelos entes da federação. Mas, na verificação do atendimento dos limites, existem despesas que **NÃO** são computadas, entre elas as relativas ao pagamento de:

- (A) salários dos funcionários públicos concursados.
- (B) salários dos funcionários públicos militares.
- (C) salários dos funcionários públicos que trabalham vinculados ao regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (D) indenizações por demissão de servidores ou empregados.
- (E) inativos e pensionistas.

29

A Lei nº 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação às disposições gerais da Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que:

- (A) as obras, mas não os serviços, serão necessariamente precedidas de licitação, sendo os serviços contratados a empresas de conhecimento específico.
- (B) a licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas o resultado final, com o nome do vencedor, os prazos e os valores acordados.
- (C) os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a Unidade Fiscal de Referência, atualizada através do câmbio oficial comercial do dia.
- (D) o agente público, na execução da Lei nº 8.666/93, deve proteger os interesses nacionais, estabelecendo tratamento diferenciado de natureza comercial e legal entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- (E) além dos órgãos da administração direta, subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/93 os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.

30

A Lei nº 8.666/93 estabelece as modalidades de licitação. Dentre as opções abaixo, assinale a que **NÃO** é considerada modalidade de licitação.

- (A) Amortização.
- (B) Concorrência.
- (C) Tomada de preços.
- (D) Convite.
- (E) Leilão.

31

A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre concessão e permissão de prestação de serviços públicos pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos. Considerando os critérios para elaboração de edital de licitação, assinale a opção que **NÃO** constitui parte do edital.

- (A) Descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço.
- (B) Critérios de reajuste e revisão da tarifa.
- (C) Prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato.
- (D) Definição do valor máximo de custos com empregados em que as empresas poderão incorrer.
- (E) Objeto, metas e prazo da concessão.

32

O artigo 14 da Lei nº 8.987/95, que rege o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos, determina que toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios de legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório. É considerado critério para julgamento da empresa vencedora do processo de licitação a(o):

- (A) maior margem de lucro determinada pelo contrato de concessão.
- (B) maior oferta apresentada por empresa estrangeira, que tenha preferência na outorga de concessão.
- (C) menor oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga de concessão.
- (D) maior fluxo de pagamentos de impostos aos poderes estaduais.
- (E) menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado.

33

A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, estabelece que é ato de improbidade administrativa:

- (A) adquirir bens acima do teto estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) ser convidado a participar de processo de compra sem licitação.
- (C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública.
- (D) receber mais do que um vencimento de aposentadoria.
- (E) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada.

34

O Decreto-Lei nº 201/67, no seu artigo 4º, estabelece as infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato. Nesse sentido, é razão para abertura de processo de infração político-administrativa:

- (A) determinar o pagamento de servidores inativos.
- (B) deixar de apresentar à Câmara a proposta orçamentária.
- (C) administrar bens, rendas, direitos ou interesses do Município.
- (D) permitir o funcionamento da Câmara de Vereadores no mês de dezembro.
- (E) publicar leis.

35

A Lei nº 4.320/64 define a forma de mensurar receitas e despesas públicas. Em relação a investimentos e despesas de capital, esta lei determina que devem ser considerados como investimentos públicos:

- (A) material permanente e obras públicas.
- (B) serviços em regime de programação especial e juros da dívida pública.
- (C) salário-família e obras públicas.
- (D) participação em constituição de empresas ou entidades e contribuições da Previdência Social.
- (E) amortização da dívida pública e auxílios para inversões financeiras.

CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO PÚBLICA I

36

Atualmente, no Brasil, o controle externo das contas públicas exercido pelo sistema de controladoria, com a presença de um Controlador-Geral, é:

- (A) adotado pela União.
- (B) permitido a todas as Unidades da Federação.
- (C) facultado aos Estados.
- (D) facultado aos Municípios que não tenham instituído Tribunal de Contas.
- (E) vedado, tendo em vista a adoção do sistema de Tribunais de Contas.

37

O julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos, realizado pelo Tribunal de Contas, é exemplo típico de controle:

- (A) posterior.
- (B) prévio.
- (C) concomitante.
- (D) simultâneo.
- (E) interno.

38

A Constituição de 1988 ampliou o universo de abrangência da fiscalização das contas públicas previsto nas Constituições anteriores, passando a prever a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Essas modalidades de fiscalização se integram e se implicam mutuamente e, segundo a melhor doutrina, a intenção foi não deixar sem controle qualquer tipo de atividade financeira do Estado, adotando enumeração de certa forma até pleonástica. Na individualização de cada espécie de fiscalização, aquela que tem por objetivo o controle da arrecadação das receitas e da realização das despesas das Contas Públicas é a:

- (A) financeira.
- (B) contábil.
- (C) orçamentária.
- (D) operacional.
- (E) patrimonial.

39

Nos municípios em que não há Tribunal de Contas do Município ou Tribunal ou Conselho de Contas dos Municípios, o controle externo das contas públicas municipais é exercido com o auxílio do:

- (A) Tribunal de Contas da União.
- (B) Tribunal de Contas do Estado.
- (C) Poder Judiciário.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Conselho de Contas do Poder Executivo Municipal.

40

A Constituição Federal de 1988 prevê que o Tribunal de Contas aprecie as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo com periodicidade:

- (A) mensal.
- (B) bimestral.
- (C) trimestral.
- (D) semestral.
- (E) anual.

41

A Constituição Federal estabelece a competência dos Tribunais de Contas para apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na(s):

- I – administração direta;
- II – administração indireta;
- III – fundações mantidas pelo Poder Público;
- IV – nomeações para cargos de provimento em comissão.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

42

Sobre os Tribunais de Contas, está correto afirmar que:

- (A) são órgãos de controle interno das contas públicas.
- (B) são subordinados ao Poder Legislativo.
- (C) suas respostas a consultas sobre legislação financeira têm caráter normativo.
- (D) suas decisões são insuscetíveis de serem revistas pelo Poder Judiciário.
- (E) suas funções são de natureza judicial.

43

A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de multa:

- (A) é executada pelo próprio Tribunal, com poderes coercitivos.
- (B) deve ser referendada pelo Poder Legislativo, para ter eficácia perante terceiros.
- (C) precisa ser comunicada ao Chefe do Poder Executivo, para poder ser executada.
- (D) dá ensejo imediato a ação de conhecimento perante o Poder Judiciário.
- (E) configura título executivo extrajudicial, permitindo a instauração de execução judicial.

44

A competência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar a aplicação dos recursos repassados pela União a outros entes federativos **NÃO** abrange aqueles decorrentes de:

- (A) convênio firmado com Estado da federação.
- (B) acordo celebrado com Município.
- (C) ajuste assinado com o Distrito Federal.
- (D) transferência do produto da arrecadação de tributos a que tem direito Estado da federação.
- (E) contrato bilateral assinado com Município no interesse público.

45

Na nomeação para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, constitui requisito previsto na Constituição Federal:

- (A) ter idoneidade moral.
- (B) ter exercido função judicante.
- (C) ter idade mínima de 30 (trinta) anos.
- (D) ter idade máxima de 70 (setenta) anos.
- (E) ser brasileiro nato.

46

Entre as opções abaixo, assinale a que tem preferência sobre as demais no julgamento ou na apreciação, pelas Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, dos processos incluídos em pauta.

- (A) Tomadas e prestações de contas.
- (B) Inspeções e auditorias de competência do Tribunal.
- (C) Recursos e pedidos de reexame.
- (D) Concessões de aposentadoria.
- (E) Atos de admissão de pessoal da administração direta.

47

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nas Sessões Plenárias Extraordinárias de caráter reservado, além dos Conselheiros, terão acesso à votação:

- I – os Auditores;
- II – o Representante do Ministério Público;
- III – o Secretário do Plenário;
- IV – os interessados.

Está(ão) correto(s), apenas, o(s) item(ns):

- (A) IV
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) I, II e III
- (E) I, III e IV

48

A Lei Orgânica do TCE/RO prevê que o Presidente do Tribunal será:

- (A) o Conselheiro mais antigo.
- (B) eleito pelo próprio Tribunal.
- (C) empossado pelo Presidente da Assembléia Legislativa.
- (D) nomeado após votação no Poder Legislativo estadual.
- (E) nomeado pelo Governador do Estado.

49

Segundo a Lei Orgânica do TCE/RO, a **instrução do processo** de tomada ou prestação de contas será presidida pelo:

- (A) Presidente do Tribunal.
- (B) Presidente da Câmara.
- (C) Conselheiro Relator.
- (D) Conselheiro Corregedor.
- (E) Vice-Presidente do Tribunal.

50

No procedimento de fiscalização de atos e contratos administrativos, constatada ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em decisão preliminar, determinará que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei no prazo máximo de quantos dias?

- (A) 10 (dez).
- (B) 15 (quinze).
- (C) 30 (trinta).
- (D) 60 (sessenta).
- (E) 120 (cento e vinte).